

**RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 108.416 - GO (2019/0045389-8)**

**RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**  
**RECORRENTE : ALMERINA BARBOSA BARROS (PRESO)**  
**ADVOGADO : GEOZADAK ALMEIDA CARDOSO - GO017185**  
**RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

**ALMERINA BARBOSA BARROS** – condenada nas penas dos arts. 288; 171, § 3º c/c os arts. 14, II, e 29; e 297, *caput*, c/c os arts. 29 e 71, todos do Código Penal – alega sofrer constrangimento ilegal diante do acórdão proferido pelo **Tribunal Regional Federal da 1ª Região** no HC n. 1016348-81.2018.4.01.0000, que denegou o pleito de revogação da prisão preventiva mantida na sentença.

A recorrente alega, em síntese, que o Juiz de primeiro grau negou a ré o direito de apelar em liberdade sem fundamentação idônea, porquanto não existem provas mínimas de que ela estivesse no banco na hora da prática do estelionato e de que estaria associada com o corréu para a prática de crimes.

Salienta que o fato foi cometido sem emprego de violência ou grave ameaça e que a ré possui ocupação lícita. Ressalta, ademais, que os antecedentes ocorreram há mais de 13 anos e, portanto, não podem ser utilizados para indicar que, em liberdade, a ré irá delinquir, mesmo porque tal argumento não seria mais justificável.

Por fim, considera que, mesmo diante da notícia de reiteração delitiva, a prisão pode ser substituída por medidas cautelares diversas, nos termos do art. 319 do CPP, ou relaxada por excesso de prazo para a formação da culpa.

Requer, então, liminarmente, a soltura da paciente e, no mérito, o relaxamento da prisão ou sua revogação ou, ainda, sua conversão em prisão domiciliar.

**Decido.**

Em análise perfunctória – inerente a esta fase processual –, noto que, ao **manter** a prisão preventiva do recorrente, **na sentença condenatória**, o Juízo de primeiro grau ressaltou (fls. 49-51, destaquei):

Consoante decisão proferida por ocasião da audiência de

custódia, os acusados ALMERINA BARBOSA BARROS e ROGÉRIO NUNES PORTAL tiveram a prisão em flagrante convertida em preventiva, para garantia da ordem pública, nos termos do art. 312 do CPP (fls. 102-111).

Conforme salientado na referida decisão, a prisão preventiva dos réus se faz necessária **para impedir a reiteração delituosa, além de garantir a ordem pública**, apresentando-se inadequadas as outras medidas cautelares previstas no art. 319 do CPP.

Ademais, permanecem os requisitos constantes do art. 312 do Código de Processo Penal, pois subsistem riscos concretos de repetição da ação delituosa caso os réus ALMERINA BARBOSA BARROS e ROGÉRIO NUNES PORTAL sejam postos em liberdade, o que já fizeram outras vezes (cf. fls. 66/67 e 72; e 76/70, 193 e 199).

**Deve ser ressaltado, ainda, que ao ser presa em flagrante, ALMERINA BARBOSA BARROS informou aos agentes policiais que voltaria ao crime tão logo fosse colocada em liberdade:**

Que ALMERINA afirmou, ao ser presa, que vivia dessa fraude, que seria presa, mas, quando saísse, continuaria na prática dos crimes; que foi o depoente quem encontrou as várias identidades com vários nomes na casa da ALMERINA, com a fotografia da acusada (Trecho do testemunho de MARCOS ALEX CASTANHEIRA – mídia à fl. 283).

**Portanto, os elementos de prova demonstraram que ALMERINA e ROGÉRIO possuem pendor ao crime e a concessão da liberdade, nesse cenário, significaria um verdadeiro estímulo à reiteração criminosa.**

Portanto, tratando-se de réus que responderam ao processo presos e, diante da natureza dos crimes praticados, permanecem inalterados os motivos que ensejaram a prisão preventiva.

Diante do exposto, **MANTENHO A PRISÃO PREVENTIVA** dos acusados ALMERINA BARBOSA BARROS e ROGÉRIO NUNES PORTAL.

A Corte local, assim se manifestou (fl. 82, grifei):

Não vejo como atender ao pleito, a custódia preventiva da paciente foi mantida para assegurar a aplicação da lei penal e como garantia da ordem pública, haja vista a

gravidade do delito e a demonstrada a reiteração da conduta, encontrando-se a sentença condenatória suficientemente fundamentada.

Por fim, cabe salientar que, pelos mesmos motivos enumerados acima, não seria o caso de aplicação de medidas cautelares.

Tais circunstâncias, a um primeiro olhar, evidenciam a presença de **motivação idônea**, apta a justificar a manutenção da custódia preventiva para a garantia da ordem pública, **diante do fundado risco de reiteração delitiva**. Ademais, "Configurada a dedicação aparentemente habitual à prática de crimes contra o patrimônio, as demais medidas cautelares não constituem instrumentos eficazes a obstar a reiteração da conduta delitiva". (HC n. 475.461/SP, Rel. Ministro **Rogério Schietti**, 6ª T., DJe 4/2/2019)

À vista do exposto, **indefiro o pedido liminar**.

Solicitem-se informações às instâncias de origem acerca do andamento da apelação criminosa interposta pela defesa e, ainda, o envio, **via malote digital**, de cópia da decisão que homologou o flagrante e o converteu em prisão preventiva, assim como da folha de antecedentes criminais da recorrente.

Em seguida, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se e intmem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ**